Mais tempo para tratar o lixo

GDF altera critérios e adia licitação que vai pagar R\$ 360 milhões à empresa vencedora. Prazo termina em março

Paola Lima Da equipe do **Correio**

disputa pelo lixo do Distrito Federal vai demorar a acabar. O prazo para entrega das propostas da licitação que vai terceirizar parte do serviço de limpeza urbana na cidade foi ampliado de 17 de fevereiro para 13 de março. O motivo do adiamento, de quase um mês, foram as alterações feitas pelo SLU nos critérios de escolha da empresa a ser contratada.

Segundo o presidente da Comissão Especial de Licitação do SLU, Dinísio Cruz, a avaliação anterior seria feita pelo preço global cobrado pela empresa para o serviço. Agora, será pelo preço unitário de cada tonelada de lixo recolhida e tratada, calculado e pago mensalmente pelo governo.

A preocupação com a forma de pagamento do serviço não é à toa. A licitação repassa para uma empresa privada boa parte da responsabilidade sobre processo de coleta, compactação, depósito e reciclagem das 1.800 toneladas de lixo recolhidas diariamente na cidade. E custará nada menos que R\$ 360 milhões aos cofres públicos. Com duração de cinco anos, o contrato é um dos maiores propostos pelo GDF até agora. Mais de 20 empresas do ramo já se mostraram interessadas e compraram o edital.

QUALIDADE

A pequena alteração no texto, no entanto, não convenceu o Ministério Público. Como o critério principal para a escolha da empresa vencedora é o baixo preço, o promotor Jorge Ulisses Jacoby, representante do MP no Tribunal de Contas do DE, teme que a qualidade do serviço seja deixada de lado. "Escolhendo

pelo menor preço, corre-se o risco de não se escolherem as melhores metodologias de trabalho e perder qualidade na prestação do serviço", argumenta.

Para o promotor, o ideal seria estabelecer um teto, que poderia ser os R\$ 360 milhões, e dentro dele, cobrar qualidade aliada ao menor preço. "O GDF é um bom pagador e a exigência por qualidade não vai afastar os interessados", garante.

Em uma análise técnica, no entanto, o promotor admite que a licitação está bem montada. Pelo texto, o novo sistema de limpeza urbana será um dos mais avançados do país. Pedidos como a desativação dos aterros controlados da Ceilândia e do Jockey Clube (que comprometem o solo e os lençóis freáticos do local, pela falta de isolamento do lixo) para a substituição por aterros sanitários (já impermeabilizados) são considerados um grande avanço.

Quem trabalha no setor também acredita que a licitação, de qualquer forma, significará uma melhora no serviço. O coordenador geral da Enterpa Ambiental S/A, em Brasília, Pedro Gonzalez, diz que as exigências feitas melhoram o que vem sendo feito hoje. A Enterpa, que também entrou na licitação, é a empresa responsável por esse trabalho atualmente, pois o SLU não consegue, sozinho, atender a toda a cidade. Contratada em caráter emergencial (veja memória ao lado), ela continuará nas ruas até que a licitação termine. O prazo para o resultado da licitação ainda não foi definido pelo SLU.

SERVIÇO

Os editais para a licitação podem ser comprados no SEP/SUL Quadra 702/902, edifício LEX, bloco A, 2º andar. O preço é R\$ 200 00



A empresa que vencer a licitação do lixo no DF será responsável pela desativação dos aterros sanitários, que comprometem o meio ambiente

MEMÓRIA

Oposição CRITICOU SERVIÇO

A coleta de lixo no Distrito Federal causa muita polêmica desde o início do governo Joaquim Roriz. Em março de 1999, a contratação da empresa paulista Enterpa Ambiental S/A., feita em caráter emergencial pelo governador, precisou passar por uma análise do Tribunal de Contas do DF para ser efetivada. O contrato, no valor de R\$ 5,89 milhões, foi feito sem licitação e a empresa de São Paulo estava envolvida com a máfia da propina na prefeitura paulista.

Assim que a carta-consulta foi divulgada, contratando a Enterpa para serviços de recolhimento de lixo, varrição e operação dos aterros sanitários, entre outros, começaram as críticas.

As explicações do Serviço de

Limpeza Urbana (SLU) não convenceram a oposição de Roriz. Foram insuficientes os argumentos de que o SLU não poderia fazer a limpeza da cidade por conta própria (o lixo estava acumulando-se nas ruas do DF) e de que a Enterpa atuava em outros estados, além de São Paulo, sem nenhum problema.

A bancada do PT na Câmara Legislativa e o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) entraram com representações contra o contrato junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do DF, acusando o governo de deixar de executar o serviço para forçar uma situação de emergência. Com a polêmica, Roriz chegou a suspender o contrato por algum tempo, mas a aprovação por unanimidade do TCDF o fez retomar o serviço, que funciona até hoje.

Na época, os conselheiros do Tribunal resolveram que a situação do lixo na cidade, na época, trazia riscos para o meio ambiente e a população e justificava a dispensa da licitação.